



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10967 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

A EDUCAÇÃO NO “ESPAÇO DE ESTUDO DA LÍNGUA MATERNA E CONHECIMENTO TRADICIONAIS INDÍGENAS NUSOKEN I”

Ariane Coelho dos Santos - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Fabiane Maia Garcia - Fundação Universidade do Amazonas - PPGE da UFAM

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

A EDUCAÇÃO NO “ESPAÇO DE ESTUDO DA LÍNGUA MATERNA E CONHECIMENTO TRADICIONAIS INDÍGENAS NUSOKEN I”

A pesquisa, intitulada *A educação no ‘Espaço de Estudo da Língua Materna e Conhecimento Tradicionais Indígenas Nusoken I*, é uma pesquisa que está em fase de andamento para qualificação do Mestrado em Educação. Tem o intuito de analisar as interfaces históricas, legais e conceituais a partir das quais se constitui a política educacional para do povo Sateré-Mawé do Espaço Nusoken I da Comunidade Waikiru. O Espaço está localizado no bairro Redenção, zona centro-oeste da área urbana do Município de Manaus, com a perspectiva de trabalhar a aprendizagem bilíngue, destinando-se à transmissão de conhecimento tradicional, pautado na afirmação, valorização e fortalecimento da língua materna e identidade cultural.

Os critérios para a escolha em pesquisar na Comunidade Waikiru I se justifica por ser uma das mais antigas em área urbana no Município de Manaus e de seus moradores terem forte atuação em manifestações e ações pelo direito a terra. Outro ponto é que a pesquisadora é vizinha da Comunidade, estando somente a 100 (cem) metros de distância, conviveu e observou desta de sua infância as lutas e desafios enfrentados pela Comunidade. No cotidiano da vizinhança, no que se ouve nas conversas de rua e de moradores antigos morados do Conjunto Santos Dumont, costumavam dizer que eles eram elementos que não agregavam e que destorciam a paisagem daquela área. Assim, a pesquisadora também estudou com alguns indígenas nas mesmas escolas não indígenas da redondeza, construindo esta afinidade de vivência e partilha de espaços, que reforçaram a ideia da educação e da luta como elementos importantes nas mudanças sociais.

É importante ressaltar que este Espaço, segundo a Lei 2.781/2021 é um dos nove que estão na área urbana, sendo um dos elementos para a escolha de deste objeto, ressaltando que este não é uma escola, contudo já foi um Centro de Educação Escolar Indígena a partir de 2013, funcionando com professor indígena voluntário, sendo acompanhada pela Gerência de Educação Escolar Indígena /SEMED-MANAUS. E somente em 2016 a Secretaria Municipal de Educação contratou professor indígena por meio de processo seletivo. Segundo Sateré (2022), a finalidade deste Espaço é a manutenção, valorização e fortalecimento da língua materna para as crianças que nascem na cidade não percam sua identidade cultural. Entretanto, o maior desafio para a professora da Nusoken I é mostrar às crianças da Comunidade Waikiru I os saberes ancestrais e tradicionais, por estarem em meio urbano, tentando trabalhar a sabedoria indígena, já que para algumas práticas somente em contato com a natureza é possível adquirir. E multiplicar esses saberes ao contar histórias ancestrais e ter contato com outros *parentes indígena*, para o resgate e permanência deste povo com sua identidade. Estas informações citadas foram registradas no *Caderno de Coleta* da autora desta dissertação, intitulado de *Popera Puratig* (Livro de Memória em Sateré – Mawé), uma fonte documental utilizada para registrar os elementos que contribuíssem para o desenvolvimento pesquisa, e suas primeiras anotações se iniciam em novembro de 2021 e atualmente seguem em andamento.

Outro ponto importante a ser analisado é se a Nusoken I é um ambiente de *não segregação* e de compartilhamento de conhecimento com os não indígenas que estão em seu entorno territorial, sabendo que ambos comungam das mesmas dificuldades de acesso à informação e políticas sociais. E finalmente trazer em pauta a esta pesquisa se este Espaço é uma Rede de Influência para o ensino não indígena e para a Educação Indígena, através dos eventos que são promovidos pela liderança da Comunidade, onde o foco é mostrar como o Povo Sateré morador da Waikiru I, que vive em área urbana, trabalha e conduz os meios de promoção de conhecimento, através de experiências sociais e pedagógicas, perspectivas de vida que nos colocam em situações para observar, contemplar e priorizar a natureza e o ser humano como únicos.

Conforme registros no *Popera Puratig*, a compreensão do Espaço de Estudo da Língua Materna e Conhecimento Tradicionais Indígenas Nusoken I perpassa a necessidade de um rápido levantamento da trajetória da Comunidade Waikiru I, onde o espaço está localizado e que se constitui com a chegada de um grupo do Povo Sateré -Mawé em 1998 à Manaus, e em 1999 se instalam no Bairro Redenção, atual endereço. No ano de 2000, este grupo começa a se reunir como organização e preparação para uma Associação, onde buscariam meios para terem acesso as políticas públicas e seus direitos efetivados. Em 2002 já organizados, elegem sua primeira liderança, o Cacique Luis, sendo este até os dias atuais lembrado e respeitado como o principal representante da Comunidade Waikiru I, e o foco desta associação como meio de renda era o artesanato. Atualmente a Waikiru I está ao lado de outra comunidade também do Povo Sateré, e esta divisão aconteceu por questões familiares, logo ambos entraram em acordo e dividiram o terreno, apresentando características estruturais diferentes,

distinguindo cada Comunidade.

Este estudo busca responder as seguintes indagações: como se constituem as interfaces históricas, legais e conceituais da política educacional para a existência do Espaço de Estudo da Língua Materna e Conhecimento Tradicionais Indígenas Nusoken I? No contexto da Educação Escolar Indígena, as políticas educacionais municipais atendem as demandas do referido Espaço? As categorias de análise, Educação Indígena, Educação Escolar Indígena e Democratização, servem de suporte, pois estão em consonância com os objetivos da pesquisa, e são trabalhados teoricamente pelos autores escolhidos, fomentando a análise da pesquisa através dos conceitos que dissertam elementos para uma educação diferenciada.

Como *objetivos específicos*, esta pesquisa *primeiramente* busca apresentar o processo histórico e legal que possibilita a materialização de uma escola indígena no conjunto da política pública educacional em âmbito federal, estadual e municipal. Serão realizadas análises teórica e documental, considerando a legislação educacional para os povos indígenas. A pesquisa também procura em seu *segundo objetivo específico*, discutir a Educação Escolar Indígena como política educacional para os Espaços de Estudo da Língua Materna e Conhecimento Tradicionais na área urbana do Município de Manaus e, especificamente para o Espaço Nusoken I. Esta pesquisa focará ainda nos avanços da Educação Escolar Indígena para Comunidades da área urbana do Município de Manaus no espaço temporal entre os anos de 2011 e 2021. E finalmente, em seu *terceiro objetivo específico*, procura apresentar a Comunidade Waikuru I e seu Espaço de Estudo da Língua Materna e Conhecimento Tradicionais Indígenas Nusoken I em sua estrutura, organização e funcionamento voltados para se manter estruturalmente e conceitualmente.

Este trabalho, enquanto pesquisa, está para agregar a estudos como de Mubarak Sobrinho (2011) e de Santos (2012) sobre os povos indígenas que vivem na área urbana do Município de Manaus apontam ganhos quanto à Educação Escolar Indígena diante das lutas dos movimentos, organizações e lideranças indígenas, reforçados a partir de 2011 com o Decreto Municipal nº 1394, e recentemente com a Lei Nº 2.781/2021. Todavia os Espaços de Conhecimento não ganharam força legal para terem todo o aparato que precisam para a efetivação, manutenção e assessoramento tanto para uma Educação Escolar Indígena, quanto para as demais políticas públicas articuladas a educação.

Este estudo é realizado de acordo com os procedimentos de uma pesquisa qualitativa, é construído a partir de análises bibliográficas e documentais de publicações de artigos, livros, legislação e obras diversas sobre o tema em questão, permitindo ao mesmo tempo aprofundar fatos e processos particulares, específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão, capazes de serem compreendidos e abrangidos em suas singularidades.

A pesquisa qualitativa operacionaliza as teorias com o problema de estudo, existindo um número de sujeitos determinados, permitindo um discurso epistêmico e, ao se pesquisar algo específico como a educação indígena, onde as características de cada povo transcendem

elementos humanos, dialogam com a natureza e cosmovisões singulares.

Para a construção do *corpus* trabalhamos uma revisão bibliográfica, arquitetada pela revisão de literatura em bancos de dados como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações-TEDE/UFAM, Biblioteca de Teses e Dissertações – BDTB, *La Referencia – Red de repositorios de acceso abierto a la ciencia* e Academia.edu. Esta pesquisa tem revisões críticas de estudos, como dissertações (SANTOS (2012), LUCIANO (2019)), teses (GARCIA (2015), LUCIANO (2011)), artigos científicos (FERREIRA (2018), BRITO KAIAPÓ (2019), SERPA & GRANDO (2018)) e livros (MELIÀ (1979), WEIGEL (2000), SANTOS & BECKER (2011), MUBARAC SOBRINHO (2011), MOTA NETO (2016), LUCIANO BANIWA (2019) e GONZAGA (2021)). A coleta de artigos aconteceu no segundo semestre de 2021, e nos quatro primeiros meses de 2022, alguns catalogados via banco de dados outros apresentados pelas orientadoras e professores da Disciplina Educação e Política Pública e Desenvolvimento Regional, outros foram e compartilhados pela pesquisadora Belini Grando – UFMT, com a participação de dois encontros do grupo de Ciclos de Estudos/2022 e de dois do PROCARD Amazônia.

Os critérios de seleção dos materiais escolhidos foram catalogados a partir de títulos, resumos e indicações buscando os que se articulassem com a pesquisa e com as categorias de análise: 1) Educação Indígena; 2) Educação Escolar Indígena e 3) Democratização. As categorias foram se constituindo a partir da necessidade de suporte a pesquisa e da direta relação com os objetivos trabalhados, e teoricamente são discutidas pelos autores escolhidos, fomentando a análise com o uso dos conceitos que abordam elementos para uma educação diferenciada e que se divorcia da educação eurocêntrica.

Esta pesquisa também se fundamentou em fontes legais como: (CF 1.988, Lei 9.394/96, CNE/CEB Resolução 05/2012, CNE/CEB Parecer13/2012, PNE/2014, Lei 4.183/2015, Lei Nº 2.000/2015, BNCC/2018, RCA/2021, Decreto 1.394/2011 e Lei 2.781/2021). Segundo Shiroma, Campos, Garcia (2005), um trabalho que se fundamenta em documentos oficiais perpassa pelo interesse do valor social ou histórico, ajudando a desenvolver hipóteses ou provas ou refutar uma hipótese já existente. Já para Evangelista (2009), ao especificar os documentos oficiais, estes auxiliam o pesquisador para a compreensão e construção de processos de produção de diretrizes políticas educacionais.

Por fim, trabalhamos com a análise dos documentos legais do Município de Manaus (Decreto 1.394/2011 e Lei 2.781/2021) que são a base da Educação Escolar Indígena em Manaus e para os Espaços de Estudo da Língua Materna e Conhecimento Tradicionais Indígena. Logo, as leis precisam ser estudadas, conhecidas e defendidas para estes e nestes espaços de conhecimento, ocorra a articulação do cotidiano para uma perspectiva de reapropriação e sintonia com elementos singulares e particulares culturais de cada povo. De acordo Ferreira (2018, p. 167), “as experiências e as vivências baseadas na reciprocidade, [...]tem o papel de reguladora social na vida indígena.”, e para que a exista a reciprocidade entre a lei e o conhecimento dos povos indígenas compartilhados nesses espaços, percebemos a necessidade

do entendimento dessa trajetória política educacional.

Os povos indígenas têm direito a educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue ou multilíngue e comunitária, de responsabilidade do Ministério da Educação, sendo que Estados e Municípios devem colocá-la em prática, ampliando a representatividade desta educação, segundo a Lei 9394/96. Porém, a pauta indígena há tempos está rodeada e repleta de ações, tanto da sociedade civil, quanto do meio político para inferiorizar a luta destes povos, construindo uma descontinuidade da aplicabilidade da política pública para a Educação Escolar Indígena. Trazer essa discussão analítica entre os documentos legais e trabalhos realizados neste campo da pesquisa implica na discussão de novas propostas e execução das políticas pública para a educação, pois hoje estes ambientes representam os novos espaços de luta.

A construção da primeira etapa da pesquisa nasce a partir da necessidade de saber qual foi a trajetória da política educacional brasileira para os povos indígenas a partir da Constituição Federal de 1988 até o ano de 2021, para que tenham Escolas Indígenas ou Espaços de Conhecimentos, pois foi percebido inicialmente diante do andamento da pesquisa uma distância temporal significativa de um caminhar até a legalização dos Espaço de Conhecimento na área urbana da capital amazonense. Era preciso também entender como o Estado diante das lutas dos povos indígenas efetivou legalmente os anseios desta população, sendo que esta constantemente faz ações para que exista uma educação democrática que respeite suas práticas ancestrais e seus elementos culturais. E percebemos que ao analisar os marcos legais, seria possível em conjunto, a pesquisadora deste trabalho mais ao leitor desta obra, entender através desta linha histórica como a construção legal responderia as indagações levantadas

Com o intuito de apresentar o processo histórico e legal que possibilita a materialização de uma escola indígena no conjunto da política pública educacional em âmbito federal, estadual e municipal, foi construído uma análise temporal com quadros que trarão os marcos legais a partir da Constituição Federal de 1988 para Educação Escolar Indígena no Brasil e no Estado do Amazonas. Ao final apresentamos a legislação para uma Educação Escolar Indígena no Município de Manaus, e como a Prefeitura de Manaus junto a Secretaria Municipal de Educação SEMED/MANAUS concretiza e mantém a política educacional para os povos indígenas que vivem na área urbana. E para que seja possível analisar como toda essa construção se constitui e chaga à Comunidade Waikiru I para que exista o Espaço de Estudo da Língua Materna e Conhecimento Tradicional Indígena Nusoken I, como resultado desta política, dando um norte para a pesquisadora.

Como resultados, encontramos afirmações que apontam que os povos indígenas residentes na área urbana do Município de Manaus tiveram ganhos quanto à Educação Escolar Indígena diante das lutas dos movimentos, organizações e lideranças, principalmente partir de 2011, e que os Espaços de Conhecimento não acompanharam o cenário da política para atenderem às demandas do movimento indígena por uma educação diferenciada.

Palavras-chave: Educação Indígena, Comunidade Waikiru I, Espaço Nusoken I, Políticas

Educacionais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição Federal. Capítulo III. Sobre a Educação.** Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/costituicaocompilato.htm>. Acesso em: 25 de jun. de 2014.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 18 de jul. de 2021.
- FERREIRA, Bruno. **Descolonizando a escola: em busca de novas práticas.** Dossier: “Intelectuales indígenas y ciencias sociales en américa latina. In: Avá. Revista de Antropología, vol. 33, pp. 165-184, 2018. Universidad Nacional de Misiones. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/jatsRepo/1690/169062373008/html/index.html> >. Acesso em 01 de ago. 2021.
- MANAUS. **Lei Nº 2.781 de 16 de setembro de 2021. Criação da Escola Indígena Municipal.** Diário Oficial do Município de Manaus. 16 de setembro de 2021. Ano XXII, Edição 5185.
- MANAUS. **Decreto nº 1394, de 29 de novembro de 2011. Criação e Funcionamento de Escolas Indígenas e o Reconhecimento da Categoria de Professores Indígenas no Sistema de Ensino Municipal no Âmbito do Município de Manaus.** Disponível em : < <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/157/leis-de-manaus?q=Decreto+n%C2%BA+1394%2C+de+29+de+novembro+de+2011> > . Acesso em 15 de fev. de 2022.
- MUBARAC SOBRINHO, Roberto Sanches. **Vozes infantis indígenas: As culturas escolares como elementos de (des) encontros com as culturas das crianças Sateré-Mawé.** Manaus: Editora Valer, Fapeam, 2011.
- OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. **Legislação educacional como fonte da história da educação brasileira.** In: HISTEDBR. Campinas, SP: UNICAMP. (2005).
- SANTOS, Jonise Nunes. **Educação escolar indígena no município de Manaus (2005-2011).** 2012. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.
- SATERÉ, Leiliane. **Protagonizando minha história.** [memorial]. Manaus: Universidade Estadual do Amazonas, 2022.
- SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselene Fátima Campos; GARCIA, Rosalva Maria Cardoso Garcia. **Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos.** In: Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005. (2005).

